





## Legionários detidos para averiguações

FORAM DETIDOS às primeiras horas de 5.ª feira e transportados para a Cadeia Penitenciária de Lisboa cerca de 300 personalidades ligadas à extinta Legião Portuguesa.

Essas detenções que envolvem altas individualidades do nosso meio financeiro, algumas das quais em tempos militantes na FAC (Frente Anticomunista) destinam-se a averiguar possíveis actividades capazes de prejudicar a presente conjuntura política. Por outro lado, como é sabido, a Legião Portuguesa era dotada de armamento moderno, muito do qual ainda não apareceu.

Segundo fontes informadas pelo Serviço de Informação das Forças Armadas no Palácio Foz, estas detenções terminaram logo que esclarecidas as actividades desses mesmos grupos.

## A PIDE organiza-se em Espanha?

CONCENTRAÇÃO de grupos de agentes da Pide ao longo da fronteira portuguesa, apoiados pela «Seguridad» e pela «CIA» foi o rumor que correu no fim-de-semana, em Lisboa. Segundo esses mesmos rumores, grupos de ex-agentes da Pide, apodados e armados pela Polícia de Segurança espanhola e pela CIA, a que teriam sido fornecidos uniformes bastante semelhantes aos do Exército Português formavam-se ao longo da fronteira, do mesmo modo estariam agentes da CIA em alguns hotéis de Lisboa.

Entramos em contacto com os serviços competentes da Junta de Salvação Nacional que nos informaram não terem — até rumores fundados. Verificam-se movimentos de tropas em Espanha na fronteira Norte e em Badajoz pois nesta altura do ano é usual o exercício de manobras. As Forças Armadas encontram-se alertas a qualquer possível tentativa de reacção.

## Rapazote e Elmano Alves presos no Sal

ENCONTRAM-SE já detidos na ilha do Sal, para onde seguiram depois de presos, os drs. Gonçalves Rapazote, ex-Ministro do Interior do anterior regime e Elmano Alves, ex-Presidente da Comissão Executiva da extinta A.N.P.

Entretanto, confirmou-se ontem a prisão de Francisco do Casal-Ribeiro, figura de destaque na extinta «Legião Portuguesa», antes de ocupar o lugar de deputado na Assembleia Nacional.

## Cisão no P. C. S. D. Criação da «Democracia Cristã»

«A CISÃO verificada no Partido Cristão-Social Democrata, recentemente havida, deve-se mais a uma dissidência processual do que doutrinária», afirmou-nos o responsável pelo novo grupo político «Partido da Democracia Cristã», Nuno Calves de Magalhães.

«Efectivamente, fui eu que tomei a iniciativa de uma separação, por não concordar com os processos justicados e que me recusei a aceitar o voto de pessoas saentes por não o reconhecer um processo democrático puro — prosseguiu ainda o nosso interlocutor, vincando bem que, apesar da cisão, os princípios mantêm-se e não há divergência no que diz respeito à doutrina de ambos os grupos.

Quisemos saber, entretanto, se o fundador do novo partido político teria perseguido, em tempo, a Legião Portuguesa. Afirmou-nos peremptoriamente: «Nunca! Toda a gente sabe que os Calves de Magalhães são oposicionistas tradicionais.»

## Pedida a destituição de administradores do B. F. N.

A DESTITUIÇÃO imediata dos drs. Almeida Costa e Santos Loureiro dos cargos de administradores do Banco de Fomento Nacional e o objecto de uma proposta aprovada ontem à tarde, em «assembléia plenária» dos trabalhadores daquele estabelecimento, na qual se require, ao mesmo tempo, o seu «imediato cumprimento» pela Junta de Salvação Nacional.

Ainda segundo a proposta — que inclui outros pontos — é considerada «uma ambiguidade que os trabalhadores do Banco profundamente deploam» o facto de a Junta ainda não ter destituído os dois administradores, tal como fora reivindicado em «assembléia geral» dos trabalhadores do mesmo Banco, realizada no passado dia 3.

Foi igualmente deliberado aqui, a partir do próximo dia 13 de Maio, às 14 horas, e enquanto as presentes reivindicações não receberem integral satisfação, os trabalhadores do B. F. N. suspendam a sua actividade mantendo-se, embora, nos seus locais de trabalho.

Fusemo-nos em contacto com o dr. Almeida Costa — um dos administradores visados — que nos declarou não ter qualquer comentário a fazer.

## *Claude Roy no Grémio Literário*

CLAUDE ROY chega a Lisboa no dia 15, a convite do Grémio Literário, onde fará uma conferência no dia 16, demorando-se ainda mais cinco dias com a finalidade de fazer uma reportagem para «Le Monde» sobre os últimos acontecimentos em Portugal, que levaram à restauração das liberdades civicas. Claude Roy será particularmente bem-vindo e muito especialmente ao Grémio Literário, onde em Novembro de 1967 foi impedido de fazer uma conferência pela Pde que irrompeu no edificio momentos antes da sua realização. Aliás por diversas vezes a Pde impediu realizações no Grémio Literário.

O Grémio que há oito anos tinha 280 sócios, passou sob a direcção do dr. Saïts Lane para 1600. Gente de diversas proveniências e condições sociais fazem parte da agremiação, desde banqueiros a funcionários de bancos, desde escritores a políticos de nome feito. É uma «associação com estilo próprio com abertura a partir de cima e não nivelamento por baixo», assim gosta de definir o Grémio Literário o seu director, bem como a democracia que o caracteriza. Estes últimos anos sobretudo, foram caracterizados por tensões continuas com as estruturas do regime que nunca viram com bons olhos determinadas manifestações culturais que ali foram realizadas, bem como a admissão de determinados sócios que não davam garantias de ortodoxia política.

SOARES, Mário

Mário Soares ao Expresso:

## “É prematuro reabrir o processo de Humberto Delgado”

“O CASO DO GENERAL Humberto Delgado terá naturalmente de ser aberto e deverá sê-lo nas melhores condições”, afirmou ao EXPRESSO o dr. Mário Soares a quem havíamos pedido se pronunciasse na qualidade de advogado da família.

“É essa a vontade da família e dos advogados constituídos - o dr. Abranches Ferrão e eu próprio e isso corresponde às preocupações de todo o País” prosseguiu o dr. Mário Soares, que acrescentou a propósito de notícias, postas a circular, segundo as quais a reabertura das investigações fora já requerida pelo dr. Joaquim Pires de Lima:

“Entretanto, lamentamos não poder estar de acordo com a iniciativa do dr. Pires de Lima, de que os jornais devam notícia. O seu carácter prematuro e a publicidade que lhe foi dada, em vez de ajudar à descoberta dos assassinos do general, alertou-os, sendo de admitir que alguns já se tenham posto em fuga”.

De qualquer modo, acrescentou a terminar, “no momento oportuno e pela forma mais adequada, agiremos no sentido necessário para que se faça justiça e luz completa sobre um dos mais repugnantes episódios de terrorismo fascista. O caso do

general Humberto Delgado é um caso nacional. A seu tempo os restos mortais do malgrado general regressarão a Portugal, com as honras e os funerais nacionais a que tem jus”.

Mário Soares ao Expresso” premeitura a abertura de processo de Humberto Delgado Continuação

COMO os nossos leitores devem ter presente, os cadáveres do General Humberto Delgado e da secretária foram descobertos por dois garotos perto da povoação espanhola de Villanueva del Fresno, junto à fronteira portuguesa, em 24 de Abril de 1965.

As investigações das autoridades espanholas e as pesquisas dos advogados da família, drs. Mário Soares e Abranches Ferrão, permitiram concluir que o general Humberto Delgado tinha sido atraído a uma cilada em 13 de Fevereiro desse ano e assassinado por ter tentado resistir a um presumível rapto. Alguns dias depois, a secretária brasileira, Arajairir Moreira de Campos, sofreu idêntica sorte, talvez talvez por constituir incómoda testemunha para os criminosos.

Os processos abertos em Espanha e Itália para esclarecer o

assunto e atribuir responsabilidades depararam sempre com a má vontade do governo português, que recusou a extradição dos elementos da PIDE implicados no caso.

O corpo da secretária foi depois enviado para o Brasil, mas o do malgrado general continua em Espanha, por ter sido recusada autorização para a sua transladação pelo então ministro do Interior, Santos Júnior.

Entretanto, recebemos do advogado dr. Joaquim Bastos, amigo e colaborador do falecido general, o pedido de publicação do esclarecimento que a seguir reproduzimos: “É inteiramente falso que a viúva do general Humberto Delgado tenha sido ouvida pela polícia Judiciária”, como o afirmado na imprensa diária em notícia acerca do início das investigações.

E ainda que “enquanto se não proceder ao salutar e indispensável saneamento dos quadros dirigentes da Polícia Judiciária, que, aliás, sempre estiveram enfiados ao fascismo e colaboraram com a famigerada PIDE/DGS na sua brutal repressão, nenhum democrata deve, por razões óbvias, revelar aquilo que porventura saiba sobre o assassinato do general Humberto Delgado.”

ARRIAGA, Kaulza de

Kaulza de Arriaga:

# “Partido de Centro Direita é hipótese a considerar”

NA SEMANA que agora termina, o general Kaulza de Arriaga foi recebido duas vezes pelo general António de Spínola. Despertaram natural interesse os motivos dessas audiências (realizadas na terça e na quinta-feira). Com alguma dificuldade, o EXPRESSO conseguiu contactar Kaulza de Arriaga em sua casa. A seguir transcrevemos as respostas obtidas às perguntas que lhe endereçamos:

— Há quem o situe, politicamente, na extrema-direita. É verdade?

— Não, nunca fui nem sou da extrema-direita nem de qualquer forma reaccionário.

— Quem me conhece sabe-o perfeitamente.

Considero, é facto, que Portugal deve ser fundamentalmente euro-africano, com base num grande espaço economicamente coerente constituído pelos territórios da Metrópole, Angola e Moçambique, organizados em sistema social multiracial, de liberdade religiosa, de fusão de culturas, de justiça e igual oportunidade para cada um e de ordem e progresso para todos.

Mas tal nenhuma relação tem com posições reaccionárias.

É uma opinião livre de um homem livre, sem complexos nem recalques. Não é sequer uma opinião conservadora mas, pelo contrário, é conceito avançado, marcadamente progressivo. E bem pode ser que o País acabe por livremente o ratificar.

Se alguém, e parece que sim, me situa na extrema-direita, isso só pode resultar de pouco elegantes armas políticas contra mim anteriormente usadas.

E, vivendo-se agora numa era de verdade, tenho o direito de crer que aquelas armas não voltarão a ser utilizadas.

De resto, é bem fácil substituir boatos, rumores ou suposições pela audição directa que tudo esclarece.

Em verdade sou um homem de autoridade mas não de autoritarismo, do trabalho em equipe, da participação de todos, da eficácia e do progresso, sempre com o pensamento posto em soluções actualizadas e do futuro.

Espero que este assunto fique, hoje e para sempre, plenamente esclarecido.

— Sendo assim, porque não clarificar há mais tempo a sua imagem política?

— Esta declaração ou afirmação não pôde ser tornada pública há mais tempo porque, como o EXPRESSO muito bem conhece, durante anos, esteve-me praticamente vedado o acesso à informação pública metropolitana.

Aconteceu, até, que em entrevista concedida, em Lourenço Marques, ao mesmo EXPRESSO, fiz aquela afirmação. Mas o sistema de exame prévio não permitiu a sua publicação.

— Que pensa do pronunciamento militar de 25 de Abril?

— Teria sido preferível uma solução por via constitucional que conduzisse a resultados equivalentes aos do Movimento das Forças Armadas. De resto há exemplos no Mundo.

— Após o meu regresso de Moçambique, fui um dos primeiros a tentar activamente tal solução constitucional. Mas acabei por deparar com decisiva incompreensão, com uma barreira que não consegui transpor, por parte do antigo regime. E fui consi-

derado suspeito, tendo colaboradores e amigos meus sido coagidos a afastar-se do meu contacto.

Assim, verificada a impossibilidade da solução constitucional, a eclosão e o sucesso de um golpe militar havia de tornar-se, mais cedo ou mais tarde, um facto.

## Vida política «intensa e dura»

— Qual a sua opinião sobre o Programa do Movimento das Forças Armadas?

— Os objectivos do Movimento das Forças Armadas, a que a Junta de Salvação Nacional procura dar cumprimento, são indiscutivelmente sãos.

E só desejo que sejam encontrados os métodos que conduzam àquele cumprimento por forma rápida e completa.

— Como evoluirá agora a questão ultramarina?

— Está bem definido pela Junta de Salvação Nacional que os movimentos terroristas têm de deixar de o ser, isto é, têm

Continua pág. 2

## Kaulza de Arriaga:

# Portugal deve ser euro-africano

(Continuação pág. 1)

de transformar-se em partidos políticos para poderem ter audição política.

Mas julgo dever ser, também, condição o não servirem interesses estranhos e que, pelo contrário, as suas motivações sejam genuinamente internas.

Até lá, não vejo forma de evitar ter de se combater a agressão armada.

— A sua pessoa tem sido citada, nos últimos tempos, nomeadamente, no que respeita à eventual chefia de um contra-golpe e quanto à intenção de fuga para Espanha...

— O que referi, no qual se distinguem as minhas diligências para a abolição por via consti-

tucional do regime anterior torna evidente não poder ser eu chefe ou promotor de qualquer contra-golpe.

Também a minha tentativa ou intenção de fuga para Espanha ou para qualquer outra parte no estrangeiro é em absoluto falsa. De resto, quem me conhece, sabe que nunca fujo de nada, nem de ninguém.

Como já considerei, se continuarmos no antigo sistema de intrigas, calúnias, boatos, rumores e suposições tendenciosas, a revolução falhou em parte essencial. De todo ansio que assim não seja.

— Como se processará a vida política portuguesa?

— A vida política nacional vai ter lugar por forma intensa e talvez mesmo dura.

Se ela, como desejo e julgo, tiver lugar também com franqueza e lealdade, não poderá deixar de ser salutar.

E, em face dos princípios que creio fundamentais e das actuais conjuncturas internacional e nacional, penso que a organização e acção de partidos do centro, alheios a extremismos, poderiam servir excelentemente o País.

— Temciosa organizar um partido?

— A organização e acção de um partido do centro, talvez centro-direita, é realmente hipótese a considerar.

S7c

# Sá Carneiro Soares e Cunhal quase certos no G.P.C.

ENCONTRA-SE muito avançada a formação do Governo Provisório Civil, prevista pelo Programa do Movimento das Forças Armadas como uma das primeiras medidas a tomar pelo Presidente. Logo que este foi eleito pela Junta (o que terá de verificar-se até 16 de Maio, ou seja, até quinta-feira próxima), o Governo Provisório leve na sua origem longas e, às vezes,

difíceis negociações interpartidárias e pessoais.

Mas uma prova significativa de se ter já chegado a um acordo mínimo geral, que permita avanços marcados foi a comunicação feita pelo General Spínola a um grupo de banqueiros e outros grandes empresários, antontem, de que haveria dois ministros sem pasta, o ministro dos Negócios Estrangeiros seria um socialista e o do Trabalho um comunista. (Ver pág. 14).

## Palma Carlos indiscutível?

Entretanto, o prof. Adelino Palma Carlos parece indiscutível como Primeiro Ministro, sendo já, no meio da semana, divulgado ao corpo docente da Faculdade de Direito, em que exercia as funções transitórias de substituto legal de Director, a eventualidade da sua saída definitiva da Faculdade.

O Prof. Adelino da Palma Carlos foi, na sua juventude, militante democrático, tendo assistido, já na Universidade, à implantação do regime autoritário do 28 de Maio de 1926.

Aluno distinto, esteve por vezes afastado do corpo docente da Faculdade de Direito de Lisboa, por razões de ordem política, durante cerca de 16 anos.

Durante este período, dedicou-se ao foro, tendo designadamente exercido a chamada advocacia política.

Admitido mais tarde como professor em Direito, dedicou-se sobretudo ao Direito Processual Civil e ao Direito Processual Penal. Exerceu as funções de director da Faculdade, durante cerca de um ano e meio, tendo manifestado uma posição política democrática liberal, relativamente aos assuntos universitários e aos estudantes, em particular.

Nos últimos anos, o Prof. Palma Carlos encontrava-se afastado do ensino, fazendo parte de uma comissão constituída para a revisão do Código de Processo Civil.

Os acontecimentos do dia 25 de Abril, com a destituição do Ministro da Justiça levaram-no a regressar, temporariamente, à Faculdade de Direito.

O Prof. Palma Carlos é também uma figura conhecida nos meios económicos e financeiros, exercendo funções de administração nas Companhias Reunidas de Gás e Electricidade.

## Outros membros do Governo

Outros nomes são considerados como certos ou muito prováveis no elenco do futuro Governo Provisório. Fala-se em Alvaro Cunhal, Secretário Geral do Partido Comunista Português, para Ministro de Estado sem pasta. Alvaro Cunhal, convidado para Ministro do Trabalho recusou o cargo, acedendo, no entanto, a levar ao seu partido a sugestão de aquele vir a ser preenchido por um comunista. O nome mais falado é o de Carlos Kocha, antigo funcionário do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Admite-se a existência de outros ministros de Estado sem pasta.

Para os Negócios Estrangeiros, Mário Soares é considerado pacífico. Além, a sua viagem à Europa, depois do 25 de Abril, apontava para esta solução.

Continua pág. 2

# Governo Provisório

Continuação pag. 1

Para o Ministério das Forças Armadas (não haverá vários ministros militares, como no antigo regime, mas apenas um), fala-se no Almirante Pinheiro Azevedo, membro da Junta de Salvação Nacional. Mas há também quem avente a hipótese de o General Costa Gomes acunhiar tais funções com as de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas.

O dr. Almeida de Almeida Santos, muito conhecido da antiga Oposição Democrática Branco Moçambicana, e amigo de Mário Soares, é o indigado para ministro para os Assuntos Interterritoriais. Este lugar viria substituir o de ministro do Ultramar, compreendendo-lhe profundas alterações orgânicas no Ministério correspondentes.

A Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública — dizem os mesmos círculos — sairiam do Ministério do Interior, que se passaria a denominar Ministério da Administração Pública ou Ministério da Administração Local. Nome mais apontado: Francisco Sá Carneiro, do Partido Popular Democrático.

Para o Ministério da Justiça fala-se em Salgado Zenha, do Partido Socialista Português, e para o das Comunicações Sociais e Políticas (antiga Secretaria de Estado da Informação e Turismo) em Raúl Rego, do mesmo partido, e director do nosso colega «República».

A gestão do Ministério da Educação Nacional poderia ficar entregue ao prof. Eduardo Correia, professor de Direito Criminal da Faculdade de Direito de Coimbra,

considerado um democrata clássico, e, ao mesmo tempo, amigo pessoal de Veiga Simão, ministro cessante da Educação, que tem todos os dias contactado com a Junta de Salvação Nacional.

De resto, quanto ao prof. Veiga Simão, corve o rumor da sua eventual inclusão no Conselho de Estado a constituir, formado pelos membros da Junta, por seis membros do Movimento das Forças Armadas e por seis personalidades civis.

O departamento da Saúde e o da Segurança Social — diz-se — poderiam ficar fundidos num só ministério a contar ao dr. Magalhães Mota do PPD.

As Obras Públicas e Comunicações parecem ter um titular muito provável, o brigadeiro Gil — antigo Presidente da Junta Autónoma das Estradas, e presente Delegado da Junta para aquelas Ministérios.

A questão mais complexa na composição do novo Governo é a que respecta às pastas económicas. Logo desde o início das negociações levadas a efeito, sob o patrocínio da Comissão de Coordenação do Programa do Movimento das Forças Armadas, foi formulada a sugestão de reunir todos os departamentos económicos num só Ministério da Coordenação Económica. Do Ministério da Coordenação Económica dependeriam secretários de Estado para as Finanças, Agricultura, Indústria e Energia, os Preços e Comércio Interno, o Comércio Externo, o Plano, as Participações Estaduais.

A este esquema foi oposto um outro, que parece ser o prevalente, separando a matéria económica da matéria financeira.

Nem caso como outro, o nome mais falado para a Economia era o do prof. Pereira de Moura, personalidade do Movimento Democrático Português, que ainda não manifestou a sua adesão nem ao Partido Comunista Português nem ao Partido Socialista, nem à Esquerda Socialista. O Prof. Pereira de Moura preferira a hipótese da Coordenação Económica, sem autonomia de um Ministério das Finanças.

Por sua vez, para este Ministério — no caso de vir a existir — o nome falado é o de Vasco Vieira de Almeida, presidente Delegado da Junta de Salvação Nacional.

Pelo que fica dito, tudo parece indicar que o novo esquema organizativo governativo apresentará relativamente ao do antigo regime algumas modificações de vulto: o esbamento da função do Chefe do Governo, a posição autónoma que terá o ministro das Forças Armadas, com eventual ligação ao ministro para os Assuntos Interterritoriais e o rearranjo dos departamentos económicos (para cujas secretarias de Estado se apontam possíveis titulares como Manuel Pereira do Plano, João Cravinho na Indústria, Lopes Cardoso na Agricultura e Proença Barão, no Comércio).

Também a posição do ou dos ministros sem pasta e uma inovação.

Durante as negociações entre partidos, que caracterizam o período da formação do governo, esteve sempre presente o preceito de reduzir ao mínimo o número de ministros, permitindo uma maior maleabilidade do chamado Gabinete Político. No entanto, têm sido múltiplos os esquemas orgânicos propostos, alguns dos quais vão muito mais longe em alterações do que aquele que parece poder virar.

PS, PCP e PPD, respectivamente com três ou quatro e dois ministros são os agrupamentos políticos fundamentais da nova coligação ministerial. Sobretudo se atendermos que os chefes desses partidos acitaram entradas próprias na coligação. Seria o caso de Mário Soares e Salgado Zenha, Álvaro Cunhal, Sá Carneiro e Magalhães Mota.

As restantes pastas ministeriais ficariam na mão de personalidades de Centro ou de Esquerda, sem ostensiva filiação partidária. Assim parece achar confirmação a tese exposta por Mário Soares, segundo a qual as três principais forças de apoio ao Movimento das Forças Armadas são o PS, o PCP e o PPD.

Ao nível de outros membros do governo não ministros, parece provável a presença de elementos da Esquerda Socialista e talvez da Convergência Monárquica.

O partido Republicano Independente (nova Direita) a aparecer, logicamente, não poderia esperar participação no governo. Também nele não terão presença significativa o Movimento Federalista Português (Centro Direita) e o Partido Cristão Social Democrata, de programa aparentemente democrata cristão, agora cindido em dois.

Associações Cívicas de natureza relesava como a SEDES, foram ouvidas no que respecta à estrutura do Governo Provisório, mas não terão participação, até pelo facto da sua finalidade não partidária.

Qual poderá ser o destino de um Governo como aquele cuja constituição se avanta e um problema que só o próximo ano poderá esclarecer. Então se verá se ele apresenta o mínimo de coesão interna e de actuação externa, necessárias à consolidação da sociedade democrática que despontou no dia 25 de Abril.



GUERREIRO, Emídio

## O prof. Emídio Guerreiro traz na agenda a política e o caso Delgado

CHEGA ESTA TARDE a Lisboa, cerca das 16 horas, o professor Emídio Guerreiro, exilado político que, como tantas outras figuras de relevo da oposição ao regime salazarista, sofreu as perseguições habituais. Acerca do actual momento político, o professor Emídio Guerreiro foi entrevistado ontem, em Paris, pelo correspondente permanente do EXPRESSO naquela cidade, José Alves:

— O senhor professor está no exílio há mais de 42 anos; gostáramos de saber porquê.

«Com efeito, há 42 anos que estou exilado; antes disso, era assistente da Universidade do Porto, mas fui demitido em 1932, após ter escrito um manifesto contra o general Carmona, quando ele foi para Porto. Foi preso, torturado e enviado para a prisão do Aljube, em Lisboa...»

— Onde não ficou muito tempo...

«É verdade, consegui evadir-me no dia 4 de Abril desse ano, com outros seis companheiros. Foi uma fuga sensacional porquê? A mão armada, e daí resultou a morte de um guarda da prisão. Refugiemo-nos então em Espanha, onde trabalhei como professor de Matemática. Quando Franco chegou, lutei ao lado das forças republicanas e fui mesmo condecorado com a medalha da libertação do governo da República Espanhola. Claro que quando a guerra acabou, fugi para França, com muitos outros republicanos...»

— Estalou então a segunda guerra mundial. Como a viveu?

«Devido às minhas actividades políticas, fui internado no campo de concentração de Argelés-mer-Mer no tempo do governo de Vichy, do marechal Petain. Um

mes depois consegui evadir-me e comecei então a organizar a resistência em Montauban, mas fui preso de novo pelas autoridades de Vichy e enviado para o campo de Sept-Fons... de onde consegui evadir-me, uma vez mais, pouco tempo depois. Ingressi então no «maquis» de Tern et Garonne e continuei mesmo as tropas que libertaram Montauban, tendo fundado o batalhão Louis Sabatier. Nessa altura fui promovido a capitão e condecorado pelo governo do general De Gaulle com a medalha da Cruz de Guerra. Depois da libertação, fui nomeado professor de Matemática no Liceu Jansou de Salliy, em Paris.»

— Foi aí que fundou o comité para a defesa das libertações em Portugal?

«Exactamente. Durante todo o tempo em que estive no exílio, nunca deixei de me integrar na luta política, com outros exilados, sobretudo no capítulo de informação sobre as condições horríveis em que vivia o povo português. Foi uma luta constante contra o regime de Salazar e depois, contra o de Caetano.»

— Sabemos que foi o prof. Guerreiro quem mais alirrou a opinião pública, portuguesa e mundial, sobre o assassinio do general Humberto Delgado. Que

podé dizer-nos quanto a esse caso?

«Primeiro, peço à Liga Internacional dos Direitos do Homem que organizasse uma comissão, para investigar em Portugal e Espanha o desaparecimento de Humberto Delgado, pois não sabemos ainda que ele tinha sido assassinado. Quando descobrimos, através pessoalmente de saber também, que me eximir a sacrifício (sem perigos), quem foram os assassinos e os cúmplices.»

— Falou-se então num tal Carvalho, de Roma?

«Pouco dizer-lhe que esse Carvalho, desde o princípio, me pareceu algo suspeito. Porém, foi através dele que consegui obter vários nomes, especialmente o de Ernesto de Sousa...»

— Que ainda não foi identificado...

«Mas que o será quando eu chegar a Portugal. Por agora, é tudo o que lhe posso dizer sobre o assunto.»

— Como recebeu o professor Guerreiro a notícia do golpe de estado em Portugal?

«Com uma grande alegria. Sabia, depois de tentativas nos Caldeas de Rainha, Bujal conversado de que o regime de Caetano não teria uma vida longa.»

— E tem confiança na Junta Militar para normalizar a situação no país?

«Absolutamente.»

— E como encara hoje a vida política portuguesa?

«Creio que é caracterizada pelo facto de haver uma certa indecisão quanto à orientação política futura e, sobretudo, quanto à solução que deve ser dada ao problema da guerra colonial, que é, evidentemente, o problema fundamental do país. Penso que se deve porpor aos movimentos nacionalistas uma tréguas sem condições. Se não, tendo evitado que morram mais

soldados portugueses e combatentes africanos, é que se poderá começar a promover as condições necessárias para que a autodeterminação dos povos africanos seja realizada sem contestação de espécie alguma.»

À pergunta sobre a forma como se lhe apresenta o renascimento da vida política em Portugal e o ressurgimento de partidos políticos, o professor Emílio Guerreiro respondeu:

«Primeiro, acho natural que a actividade política seja de princípio um pouco desordenada. É preciso não esquecer que os partidos que aparecem ou vão ainda aparecer se encontram diante de uma realidade apresentada pelo movimento das Forças Armadas. Seja como for, será necessário que todos os partidos políticos venham a ter as mesmas condições de existência em todos os domínios.»

— Uma última pergunta: Pensa desenvolver uma actividade política em Portugal, depois do seu regresso?

«Como cidadão português, penso ocupar-me dos assuntos da administração política da nação. É tudo o que posso adiantar de momento.»

Dois programas:

## Movimento das Forças Armadas e Oposição Democrática

O PROGRAMA do Movimento das Forças Armadas, foi distribuído e é do conhecimento público. A Comissão Democrática Eleitoral, quando se apresentou às urnas em 1973, fit-lo trazendo um documento programático. E sobre os dois programas, especificamente no domínio económico-social que vamos analisar uma comparação.

Depois de uma declaração de princípio, na qual se identifica com o Povo Português, o Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, "na profunda convicção de que entre a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria, através dos seus soldados", compromete-se a garantir a adopção de diversas medidas, entre as quais as seguintes, as quais atribui prioridade de aplicação imediata:

— "Medidas que permitam a vigilância e controle rigoroso de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro.

— "Medidas que conduzam um combate eficaz contra a corrupção e especulação."

Neste sentido já se afirmava nas conclusões do Congresso da Oposição Democrática, na Secção Desenvolvimento Económico e Social que:

— "A orientação económica do Governo ao pretender o investimento feito por estrangeiros em lugar de ele mesmo o realizar, provocará a médio e longo prazo o agravamento na transferência de capitais para o exterior em forma de lucros, amortizações de empréstimo e juros."

— "O prosseguimento em Portugal desta política de atração do capital externo tem, porém, para além das razões políticas apontadas, a sua explicação na política de desenvolvimento capitalista alienada na iniciativa privada; na continuação das guerras coloniais que absorvem mais de metade do Orçamento Geral do Estado não deixam margem necessária para o desenvolvimento; na ausência de empréstimos e empréstitos, e em consequência, em consequência de que foram os existentes por decénios de protecção; nos seus canais de captação e distribuição da poupança controlada pelos grupos bancários-financeiros favoráveis à concentração do poder e às iniciativas privadas vindas de Pretória, No-

va Iorque, Londres e Paris, e na maioria esmagadora dos casos adversos aos desejos, iniciativas e solicitações de Bragança, Guarda, Santarém ou Beja, por exemplo."

### Medidas

#### a curto prazo

A par das medidas imediatas, também no Programa do Movimento das Forças Armadas se definem medidas a curto prazo:

— "Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia anti-monopolista."

Neste sentido se pode ler nas conclusões de Aveiro:

— "Salazar levou finalmente a um impasse geral da economia portuguesa; reduzida capacidade de consumo e baixa propensão ao investimento, fraca produção industrial, uma economia agrícola paralizante, hipertrofia dos serviços e quase inexistente capacidade de concorrência a nível internacional."

— "Marcello Caetano foi considerado "salvador" dos detentores do poder económico, o que levou a uma renovada coesão das diferentes facções reinantes da burguesia."

### Agricultura

Também nas conclusões se encontra definida uma nova política económica. Ela assenta "nos homens e não nos lucros". Assim, quanto à agricultura:

— "Defesa dos interesses das camadas populares da nossa agricultura impõem-se medidas de uma verdadeira Reforma Agrária, que nos aspectos socio-económicos abrange as seguintes medidas:

— "Limitação da propriedade fundiária e concessão do seu direito apenas aos actuais agricultores e familiares."

— "Constituição de explorações colectivas pelo

alargamento das explorações familiares."

— "Formação de cooperativas de trabalhadores nas grandes explorações, e de um modo geral, nas empresas patronais de grande dimensão."

— "Criação de instituições democráticas que permitam a participação e controle das decisões e da execução pelos trabalhadores agrícolas."

— "Nacionalização "de" indústrias relacionadas com os produtos agrícolas, sempre que socialmente se justifique."

— "Adopção de uma política de preços dos produtos agrícolas e industriais e de um sistema de crédito favoráveis aos agricultores familiares e às suas cooperativas."

### Modelo socialista de desenvolvimento

Quanto ao tipo de sociedade a construir, declara-se no Programa da CDE:

— "Os interesses dos trabalhadores portugueses exigem um modelo de desenvolvimento económico em que os meios de produção fundamentais estejam nas mãos da sociedade, em que o fim da actividade produtiva seja o aumento do bem-estar económico e social da população e não a maximização dos lucros de um reduzido número de elementos desta população."

— "Este modelo socialista de desenvolvimento corresponde a uma dinâmica assente na comunidade, nos homens e não nos lucros, sendo tempo de nele se interessar a generalidade da população."

— "Este modelo socialista de desenvolvimento corresponde a uma dinâmica assente na comunidade, nos homens e não nos lucros, sendo tempo de nele se interessar a generalidade da população."

### Pontos de contacto

De salientar que os dois programas parecem apresentar alguns pontos de contacto. Como se dependeu, o Programa do Movimento das Forças Armadas apresenta-se mais sumário e genérico do que o Programa da Oposição Democrática, uma vez que será através da Assembleia Nacional Constituinte que se determinará o modelo social a adoptar.

O Programa do Movimento das Forças Armadas aduzia, no entanto, que defende uma estratégia anti-monopolista, não esclarecendo a sua actuação específica em relação às multinacionais.

Barreno, Maria Isabel

# O novo feminismo

Maria Isabel Barreno

NA PASSADA terça-feira foram mandadas em paz as Três Marias, absorvidas da acusação de pornografia e atentado ao pudor, que tinham perpetrado através da obra que, colectivamente, escreveram e a que chamaram "Novíssimas Cartas Portuguesas".

O livro, terminado no início de 1973 (ol, primeiro cobinado e depois recusado por diversos editores, habituados a auto-reproverem-se com a naturalidade de quem se repete desde que nasceu. Houve um que ouso — os Estudos Cbr onde, na altura, estava Natália Correia, ela também, por seu lado, anteriormente objecto de processo semelhante — o ouso para logo se ver envolvido no processo que contra o editor e as autoras instaurou a Direcção Geral de Informação, ao mesmo tempo que o livro era apreendido. Feito a primeiro interrogatório dos três em Junho desse ano pela "Polícia de Costumes", foi instaurado o processo que se armou ao longo de quase dois anos, e se tornou internacionalmente, um símbolo da repressão, tratado em toda a imprensa e adoptado pelos movimentos de libertação da mulher do mundo inteiro.

Em Portugal, também, até se tornou, na medida em que a Censura e as circunscrições e delimitou, um caso exemplar. Chamados a depor, como testemunhas todos os nomes ligados à lista anti-facistas, escritores, artistas e políticos, as sessões do julgamento tornaram-se uma ocasião de reafirmação de princípios, cuidadosamente afluída pela Polícia e pela Censura que, para além de fecharem as portas do tribunal ao público, passaram a cortar as referências na imprensa ao caso, inclusive a simples menção do nome e das autórias.

A medida que o caso se esborçava ao peso do ridículo — e a laço foi enviado o "liberalizante" ex-Secretário de Estado da Informação, Pedro Pinto, que antes contactou diplomatas extra-judiciais com as três para que calassem a boca à imprensa estrangeira e a as próprias em troca de sua "arremar" do assento — as pessoas interrogavam-se como iriam os facistas descalçar a bota.

Veio o 25 de Abril, logo passou a pertencer ao passado e a absolvição foi já só uma formalidade.

E não aproveitamos para publicar a história do M.L.F. em França que Maria Isabel Barreno escreveu e que a Censura cortara então.

"O MOVIMENTO não é nem centralista democrático, nem leninista, nem piramidal, nem em forma de cone; não é percorrido por correntes, dá base para o cimo, ou inversamente; não tem cimo, por enquanto. A base é constituída por um conjunto disperso: é informal, heterogênea, centrípeta e muito activa". Assim era definido, pela revista "Actual" (n.º 4), o M. L. F. Com efeito, a rejeição de toda a burocracia, toda a hierarquia, e todo o centralismo — além de ser estritamente reservado a mulheres — são as características fundamentais do movimento feminista francês. A mesma coisa pela "Actual" — "por enquanto" — deitas entrever as dúvidas, bastantes generalizadas e provenientes de experiências anteriores, quanto à possibilidade de sobrevivência dum movimento funcionando nestes moldes.

Non entanto, o movimento tem vindo a sobreviver, e a funcionar. Essas características que o definem partem não só dum posição de princípio, mas da história e da vivência do movimento, que tem vindo a formular-se e a reconhecer-se fundamentalmente através dum prática.

Teremos de recuar a 1965 para situar, os antecedentes, os contextos, tímidos, do feminismo francês. As sufragistas do começo do século há muito que estavam quase esquecidas, bem cobertas por todas as campanhas de ridicularização de que foram vítimas. "A room of one's own" de Virginia Woolf, escrito em 1928, livro fundamental sobre a questão da mulher e particularmente sobre as possibilidades de acesso, que não tem a mulher, a uma actividade criadora, só foi traduzido em França em 1951, e passou praticamente despercebido, então — como também só recentemente se descobriu que Virginia Woolf fora "tão importante como Freud" para a evolução de "literatura contemporânea", durante vários anos ela ficou na sombra dos seus colegas masculinos da mesma época. Poderemos considerar que o único antecedente vivo para o feminismo, nesse momento da década de 60, era Simone de Beauvoir. "Le deuxième sexe". Publicado em 1949, o livro fizera escândalo — pela primeira vez se levantava amplamente uma questão de fundo, a base acerca da discriminação de que a mulher é

objecto; o facto de Simone de Beauvoir se atrever a falar de sexo, domínio proibido e só reservado aos homens, fez com que o livro fosse considerado "pornográfico" e contribuiu, no mau sentido, para a sua fama; mas o livro foi enendido pelas mulheres e a sua força manteve-se através de várias gerações. Antecedente vivo ainda, destas anos mais tarde; no entanto já distante — tanto mais que da análise de S. de Beauvoir não se retiravam propostas imediatas de acção, de acção feminista; neste tempo Simone de Beauvoir ainda acreditava que a solução do problema da mulher se subordinava às questões tradicionalmente consideradas "grais" ("económicas" e "políticas"). Entretanto, tinha-se aguçado a consciência da contradição entre os papéis tradicionais da mulher e a sua actividade profissional. Em 1963 aparece o livro de Betty Friedan, traduzido em francês logo no ano seguinte: "The female mystique", onde são denunciados os meios postos em jogo na sociedade americana para manter a mulher no lar; no que se refere às tarefas domésticas, o acerto é posto no valor e na alienação que elas implicam, a mulher jogando ali fundamentalmente o papel de consumidora; no que se refere à actividade profissional, esta é apresentada como a possibilidade de independência económica e de realização pessoal.

Comçam então a aparecer, ou a chamar a atenção, os vários livros que dum maneira ou doutra tocam nos mesmos problemas, chamado da "promocão" da mulher — os trabalhos do casal Chombrat de Lauwe, de V. Lambert-Jamali, o "Métier de Femme" de Mzié Giguère, etc. Resumindo muito, pode dizer-se que essas publicações chegaram à volta dos temas: acesso ao trabalho, conciliação das tarefas domésticas e actividade profissional, igualdade de salários, necessidade de infraestruturas de apoio à mulher empregada.

## O trabalho doméstico: vocação natural da mulher?

No que se refere ao trabalho doméstico, aos papéis de esposa e mãe, são dois os grupos de argumentos normalmente utilizados para a sua discussão: os argumentos de tipo idealista, em que se fala de "vocação natural" da mulher, de "realização", e os argumentos de tipo económico, em

que se discute se o trabalho doméstico é produtivo ou improdutivo. Na posição totalmente idealista só se usa a argumentação de tipo idealista, e garante-se que a mulher se "realiza" cumprindo a sua "vocação natural". A sordidez da linha "promoção" feminina, consiste em contestar parcialmente esta argumentação — é uma "vocação natural" mas não basta para a "realização", na apresentação do argumento económico segundo o qual o trabalho doméstico seria improdutivo, sendo mais rentável para qualquer sociedade criar infraestruturas e simplificar o trabalho doméstico, aproveitando a mão de obra feminina em tarefas mais produtivas.

Esta posição teve muito sucesso, e não só em França. E de qualquer forma era uma chamada de atenção para o problema da mulher. Mas a sua maior importância reside no mal-estar que gerou porque essa necessidade, e essa dificuldade, em integrar a mulher no trabalho profissional. Uma sociedade que precisa fazer malabarismos para encaisar 50% dos seus membros nas actividades económicas produtivas deve ter qualquer defeito de funcionamento. Será que essa conciliação do papel tradicional de esposa e mãe com uma actividade profissional é mesmo possível?

Quando se paga o preço desta conciliação — Porque não se levanta para os homens qualquer problema de conciliação de papéis? O trabalho doméstico será assim tão improdutivo e tão insatisfatório? Esta última questão é de maior peso — vários inquéritos mostram que uma mulher com dois filhos não consegue reduzir o trabalho doméstico para menos de 30 horas semanais, tentando simplificar — e as mulheres pensam, naturalmente, porque será necessário um trabalho improdutivo de cinco horas semanais. As questões de fundo levantadas por Simone de Beauvoir continuam frutificando: mas facilidade com que se arruma o trabalho doméstico no "improdutivo", e no "insatisfatório", sem delongas, não será mais um sintoma da discriminação sexual, que determina que qualquer trabalho feito por mulher seja, por isso, logo desvalorizado, económica ou conceptualmente? Todas estas questões comçam a ser discutidas, em grupos ocasionais, em conferências, etc.

O problema está longe de ser posto em toda a sua extensão.

ainda não estão relacionados os vários aspectos. No entanto, o mal-estar alastra-se e entra por outras portas, aparentemente sem ligação: a contracepção começa também a ser tema de discussão pública; ainda em termos exclusivamente morais, unicamente como exigência de liberdade individual.

## O sexismo barreira ideológica

Todas estas coisas germinam e em 1967 já existem pequenos grupos mais ou menos permanentes, desconhecendo-se ainda uns aos outros. Muitos desses grupos são constituídos por mulheres que vêm de grupos políticos e querem radicalizar o feminismo. A sua motivação nestes grupos onde militavam tomaram consciência que, mais ou menos, ali não se pode fazer, e a mulher desempenha o papel de infraestrutura de apoio ao homem, e que este reservava para si o "verdadeiro" trabalho. A consciência do fracasso da causa da mulher nas sociedades da Europa ocidental também cresce: revalorização da mãe proletera, todo o trabalho doméstico que não é colectivamente permanente função da mulher, as mulheres vão tendo acesso fundamentalmente às profissões socialmente desvalorizadas e que os homens abandonam. A ideológica desvalorização da mulher, mesmo quando não existem aparentes obstáculos à sua actividade profissional e ela está legitimamente "promovida", leva a que o acesso continue à ser posto numa possível "causa" ideológica, o sexismo. Mas simultaneamente o valor económico das tarefas domésticas começa a ser suscitado — se o termo "improdutivas" as classificasse totalmente, porquê a sua persistência, mesmo noutros sistemas económicos? Entretanto os jornais começam a trazer notícias do feminismo nascente na América.

Em 1968 os grupos existentes já foram tornando conhecidos uns dos outros. Alargam-se um pouco: de 3 a 4 membros passam a contar com 7 ou 8. Não vão além disso, e novos grupos aparecem. Esta preferência pela proletera dos grupos, em vez de se promover o seu alargamento, decorre da experiência anterior: não pé em que a questão tem vindo a ser posta, mesmo mais a partir da experiência quotidiana das mulheres do que de enfoques teóricos, a discussão de pequenos grupos aparece mais eficaz; também pesa a experiência política de muitas das mulheres, provenientes de pequenos grupos activos. O espírito que caracterizou os acordos dentro de 68 em França reforça esta situação: pelos pequenos grupos. Mas esse mesmo espírito vem determinar uma nova preocupação, a teórica: Marcuse, a tentativa de articulação de dois discursos, a psicanálise e o ma-

terialismo dialéctico. Se tem que esta semente de 68 só gerou mudos dos grupos feministas, aquele que mais tarde se viria a intitular *Psychoanalyse et Politique*. Nos outros grupos a denúncia sexual já tinha atingido o discurso freudiano: identificação da comunidade machista.

Até 1970, nada de aparente. Mas pouco de subterfúgio, sem dúvida, porque só isso explicará a sucessão de acontecimentos de 1970. "Os vários grupos continuam dispersos, sem grande ligação entre si", começará muito mais tarde (em 1973) o *Nouvel Observateur* no artigo que então dedica ao M. L. F.. Esta ausência de ligação, assim apresentada como ponto crítico, como imaturidade, estava então completamente assumida, não só como herança de outros grupos políticos, ou como condição de eficácia, mas como inerente ao feminismo: o falhanço de tentativas similares, feitas pelos homens, deve-se à própria característica da falacrosia, que incute nos homens a necessidade de luta pelo poder como condição de afirmação viril, consentando a falacrosia aproveitando o facto de estarem as mulheres menos motivadas para a luta do poder, que não entra, segundo os costumes, na afirmação pessoal feminina; o feminismo radical só pode definir como ser este caminho.

## O histórico encontro de Vincennes: banem-se os homens

O M. L. F., ainda sem esse nome, aparece em público pela primeira vez. Em Vincennes. Os recantos tumultuosos que ali se dão demonstram bem a dificuldade de implantação do feminismo, as resistências que se lhe opõem. Dois factos agravam estes recantos entre grupos que bem poderiam cooperar, como futuramente se comprovou: a proveniência, de muitas feministas, de grupos políticos, onde os homens ficaram com a sensação de terem sido "traídos"; e principalmente a decisão de tornar os grupos feministas definitivamente não mistos — decisão do ano de 1970 — e que veio agravar a situação de "traição" para os homens que, cheias de boa vontade, procuravam participar no feminismo. Os critérios desta decisão: se o problema é das mulheres, só as mulheres poderão misturar-se ali; porque toda a "ajuda" masculina se tornará no facto divulgado paternalismo; aliás não incutida está a mentalidade vigente, que o risco é mesmo o de os homens tomarem as posições de poder, em qualquer organização mista feminista ali criada; e, em outras experiências da mentalidade vigente, têm-nas as feministas bem presentes, no seu passado político, que sempre viram os homens feministas a serem

segundo lugar, como problemas particulares, variantes de execução — a sempre eterna questão da "conciliação da mulher" com as estruturas gerais — os problemas da mulher; a questão é tão funda e tão grave que as mulheres nem se exprimam livremente perante os homens, ficam inibidas de tão habituadas a uma posição de inferioridade — este último e bem real argumento bastaria para justificar o feminismo não misto. Apoiar as mulheres não é atitude muito comum nos homens; mais, inversa parece inacreditável, justamente por essa causa insalvable na universalidade da categoria masculina: manobra reformista, tendente ao enfraquecimento por uma divisão de forças e o argumento mais usado contra o feminismo, bem disfarçado de preocupação no interesse comum. Mas os recantos de Vincennes, visíveis, levam a argumentação até ao limite, ao verdadeiro, os estudantes deviam a vigilância epistemológica e acabam criando "le pouvoir est au bout du 'phallus'" — o que foi, uma vez por todas, falar claro. Cuspo incidente foi a luta por um espaço, por um anfiteatro: as mulheres pediram aos seus colegas homens que saíssem, explicaram-lhes as razões, queriam discutir só entre si; recusa dos homens; situação penosa, vários pequenos grupos de mulheres que se formam discutido muito, entre comentários dos assistentes masculinos que disfrutam o espectáculo; finalmente, um negro, levantando-se, comenta que a situação é perfeitamente compreensível para ele, que os homens nada têm a fazer ali e devem sair; sai, e finalmente os homens brancos — todos os outros presentes — seguem-no.

## O amadurecimento

Com estes acontecimentos públicos, o M. L. F. sente-se maduro para outras acções; manifestações a necessidade de reuniões geram dos vários grupos, e durante alguns meses essas reuniões efectuam-se semanalmente. Dessas reuniões começam a nascer grupos de trabalho, dirigidos para assuntos ou acções concretas; exemplos: análise da prostituição; estudos económicos, cinema, aborto, sexualidade, etc.

De 1970 também datam as primeiras publicações: o número zero do "Torches brutes", que virá a ser o jornal do movimento. E, marco, verdadeiramente decisivo no feminismo francês, o número de "Parisam" intitulado "Libertação da mulher, zero zero". Os objectivos do movimento — já intitulado M. L. F., desde os seus primeiros acontecimentos públicos — a imprensa encarregar-se de o baptizar, e as feministas não rejeitaram o nome — eram claramente definidos, divididos em três categorias: objectivos re-

formistas — visando a melhoria das condições de vida das mulheres e a obtenção dos direitos funcionais — os garantidos ao homem, tais como igualdade de salários, melhores condições de trabalho, revogação das leis sobre o aborto ou das que limitam o trabalho das mulheres, etc.; objectivos tácticos — os que visam a ser permitindo libertar as mulheres das suas tarefas tradicionais obrigatórias e da sua exploração como objectos sexuais, através da criação de creches, instituições colectivas, etc.; objectivos finais — com os quais já não se procura uma melhoria das condições de vida das mulheres, mas sim o desaparecimento de todas as instituições sexistas. Além destes objectivos, e a nível dos grupos restritos, era ainda explicitada a necessidade de conduzir uma luta paralela contra a opressão psicológica das mulheres, contra o sentimento de "inferioridade, de incapacidade" que geralmente lhes é inculcado —

Mas a importância deste número do "Parisam" ainda reside noutro ponto: se a análise ideológica do sexismo vinha já avançada, as tentativas de análise económica eram quase inexistentes. Que as tarefas tradicionais da mulher, produtivas ou improdutivas, correspondiam a uma necessidade económica do sistema, era já muito mais que uma suspeita, era uma certeza. Mas o reconhecimento dessas tarefas como causa, no plano económico, ainda era feita; com a denúncia sistemática da ideologia sexista corria-se mesmo o risco de situar a "causa" numa racionalização da opressão material. Num artigo desta revista, o problema é posto com clareza: são duas as bases da exploração da mulher — a reprodução, que lhe é imposta o exemplo da sociedade francesa é flagrante, sendo necessário aumentar a taxa de natalidade no pós-guerra só então promulgadas as leis restringindo a divulgação e venda de anticoncepcionais, e a mulher ou produz as crianças que a sociedade lhe exige ou, se a sua situação individual entre os improdutivos, essas exigências, fica reduzida à "solução" aborto clandestino; e, além da reprodução, o conjunto dos trabalhos domésticos, sector "invisível" da produção e que vai permitir a "produção reconhecida" — o trabalho profissional — do marido; esse trabalho doméstico não é pago, é apenas retribuído com a simples manifestação — provando-se essa gratuidade a autora invoca bem legalmente o marido está obrigado a qualquer retribuição, e que a esposa é melhor ou pior mantida com o bom feito e o poder económico do marido, e não com o número de filhos, com o sexo e o trabalho que ela realiza.

## Um homem em cada dois é uma mulher

Ainda em 1970, em Agosto, solidarizando-se com as mulheres americanas que então lançavam uma greve, as feministas francesas manifestaram-se no Arco do Triunfo, pondo um ramo de flores no túmulo do soldado desconhecido.

Em 1971, a manifestação foi lançada sob o slogan: um homem em cada dois é uma mulher — slogan de ataque, mas o seu despropósito é só aparente; são habituados estamos a considerar o Homem como representante do homem e da mulher que raramente nos perguntamos se a maioria — aliás só perceptível na linguagem masculina — efectivamente garante a estradição das mulheres na tal categoria geral, da qual elas constituem, realmente, 50%.

Em 1971 continuam as reuniões gerais, e as acções. O grupo constituído sobre o problema do aborto desencadeia uma das mais importantes: a política francesa de restrição do anticoncepcionais conduz anualmente 200 000 mulheres ao aborto clandestino, segundo os estatísticos oficiais — ou 1 000 000 de mulheres, segundo outras estatísticas. Quem fala neste problema? Naquelas, 200 000, ou 1 000 000 de mulheres, arriscando a vida, por ano, não é questão relevante. Cerca de 300 mulheres, nomes célebres na maioria, assinam um manifesto: expõem estes factos, declaram-se solidárias com todas as mulheres, declaram ter praticado o aborto — desafio evidente. Como é possível processar 300 nomes célebres? Como é possível processar por aborto qualquer outra mulher ignorando ao mesmo tempo a confusão pública destas 300? O governo francês resolve ignorar o manifesto. A importância política desta acção é rapidamente reconhecida, e aproveitada. Forma-se um grupo de médicos — Groupe Information Santé — que se propõe estudar o assunto; propõe-se ainda apoiar as mulheres, e aparece um manifesto assinado por médicos que declaram ter praticado abortos — obviamente, em melhores condições que as que oferecem as parteras de bairro. Vários grupos políticos se lançam também nesta corrente; forma-se o M. L. A. C., grupo misto, que organiza centros de aborto e de difusão da contracepção; propõe para este grupo cristalização neste ponto, que se poderá transformar num objectivo em si, sem qualquer consciencialização das mulheres; aproveitamento por parte do governo, que arranja uma saída cómoda ignorando as actividades desse grupo — não modifica as leis e as prescrições internas diminuem, aliviadas por esta válvula de escape.

Lançada a campanha e garantido o seu prosseguimento, o M. L. F. retirou-se; tratava-se apenas dum objectivo reformista, as questões de fundo permanecem. O que não impede a colaboração de alguns grupos feministas com o M. L. A. C., no que se refere à consciencialização das mulheres que recorrem aos centros.

## A defesa dos direitos delas

Outro grupo se formou a partir desta campanha: pensando na eventual necessidade de defesa em tribunal das trezentas mulheres que assinavam o manifesto, constituíram-se um grupo, o Choisir, que depois se dedicou a todos os aspectos legais relativos ao aborto. Grupo misto também e que também ficou funcionando paralelamente ao M. L. F. Na província a colaboração entre M. L. F., Choisir e M. L. A. C. é excelente. Em Paris, Choisir está um pouco mais longe — não porque se tenha centrado sobre um objectivo reformista, o que não é obtusidade, como se viu e se verá, mas porque se organiza em termos "falocráticos", chegado e controlado por uma única pessoa.

Ainda em 1971, as feministas organizam-se as jornadas de denúncia dos crimes contra as mulheres — todas as mulheres presentes são convidadas a depor, as jornadas são barulhentas e dispersas, mas as ideias abundam e novos grupos de trabalho se formam.

A última das grandes acções do M. L. F. realizou-se em Junho de 1973. A Febra das Mulheres, onde se improvisaram espectáculos, se cantou, se leram leituras em voz alta. Objectivos: convívio entre as mulheres, acção de consciencialização e arranjar fundos. Porque, com o seu tipo de estrutura, o M. L. F. não tem fontes de receita certas; no entanto estas vão aparecendo à medida das necessidades e uma vez que não se exige regularidade de funcionamento, o "Torchon brulé" aparece irregularmente, mas aparece. Actualmente o M. L. F. dispõe mesmo dum local de reunião o que lhe permite também o contacto com os grupos feministas de mulheres estrangeiras residentes em Paris.

## Revolucionar o quotidiano

E assim continua o M. L. F., baseado em múltiplos pequenos grupos de consciencialização que se reúnem em muitos outros grupos de trabalho e de acção. O conteúdo e a força do movimento continuam a ser retirados da prática, da tomada de consciência através do quotidiano. "Porque a luta das mulheres é sobre o prépio quotidiano, sobre as próprias relações das pessoas; não há separação da vida privada e da "política" da vida militante" — cito uma das feministas com quem falei — "A medida que se vai dando a consciencialização, porque é toda a vida que está empenhada e não só uma parte da actividade da pessoa, a "profissional", por exemplo, o potencial de acção das mulheres é fundo, não necessita ser controlado ou organizado sistematicamente, desde que haja mulheres consciencializadas quando um grupo lança uma acção as mulheres aparecem". Esta ideia de "revolucionar também o quotidiano" não é nova; mas as mulheres poderão estar mais perto de a concretizar, são elas que suportam o peso desse quotidiano, são elas a infraestrutura. "O exemplo da greve é flagrante" — disse-me outra das feministas — "Se as mulheres



Maria Isabel Barreno



Maria Velho da Costa



Maria Teresa Horta

se pusessem em greve, greve das suas funções tradicionais". Parava todo o quotidiano: não havia quem fizesse compras, nem quem fizesse comida, o lixo e as coisas sujas amontoavam-se, as crianças não iam para a escola...

Uma das acções para este ano será precisamente uma greve de mulheres — que não será efectiva, evidentemente, as feministas não estão no reino da utopia, mas o que lhes interessa é o lançamento da ideia. Outra forma de consciencialização é a acção da própria força. As mulheres sabem que estão afastadas do poder, do controle das decisões. O acesso das mulheres da burguesia a certas profissões ou cargos é restrito, e a

maioria das vezes as mulheres não ascendem a lugares "chave"; tudo quanto se refere a "fórmulas", questões vitais na nossa sociedade, também está quase exclusivamente nas mãos dos homens. As mulheres sentem-se sem peso, quase tudo poderia funcionar sem elas — será bom que descubram que nada funciona sem elas.

Estes são os pontos positivos da heterogeneidade, informalidade e capacidade de acção do M. L. F.. Mas a sua capacidade de colaboração com outros grupos, paralelos ou convergentes.

### Freud revisto para uso feminino

O grupo *Psychoanalyse et Politique*, a que já nos referi, está quase transformado, de facto, num desses grupos paralelos — embora ninguém me soubesse dizer se esse grupo poderia ou não ser considerado dentro do M. L. F., sem estivesse preocupado com isso. A colaboração com este grupo, no domínio da acção, tem sido possível até agora; mas as posições de fundo divergem progressivamente. Da proposta inicial, de articulação de dois discursos, foi só reida metade, ou seja, o discurso freudiano. Segundo os postulados: "a luta das mulheres baseia-se na diferença dos sexos. O único discurso científico sobre a sexualidade é o psicanalítico"; "a sociedade falocrática incute a masculinidade em todos os seus membros, também nas mulheres; a consciencialização das mulheres tem que atingir o inconsciente para que a luta feminista não se ponha em termos falocráticos"; "é necessário desmontar o discurso psicanalítico, destruí-lo, para o reconstruir, em termos feministas". Não se percebe muito bem como ainda se considera científico um discurso que entretanto já é visto como desmontável e destrutível, mas os maiores problemas do grupo não residem aí, mas sim na centralização absoluta do poder e no exercício interno e descontrolado da psicanálise.

Por outro lado, se a resposta que *Psychoanalyse et Politique* se propunha trazer está longe de satisfazer, poder-se-á considerar que todo o M. L. F. ainda enfrenta numa certa fraqueza teórica. Temos que considerar que para definir uma teoria o feminismo tem de se confrontar com séculos de teorias económicas feitas pelos homens, fundamentalmente com a teoria económica construída, analisada e comentada de há um século para cá. O artigo do "Partisano" que citei é importante, mas a exploração da mulher está aí ainda muito resumidamente

analisada, argumentada ainda em termos do óbvio; facilmente se contra-argumenta que a mulher das classes mais altas não é explorada visto não desempenhar nenhuma tarefa doméstica, o que também é do domínio do óbvio, e que se poderá contra-argumentar por sua vez dizendo que o dilema que o homem adquire ao casar-se não é sobre o "trabalho" da mulher mas sim sobre determinadas potencialidades que podem ou não ser postas em jogo, e que a efectivação dessas potencialidades depende da decisão e da posição de classe do marido — a mulher dum banqueiro arruinado será que fazer trabalhos domésticos, etc. Este ponto — articulação do feminismo com classes sociais — é fundamental e está por resolver.

### Dificuldades a ultrapassar

Mas um outro ponto, de ordem prática está por resolver no M. L. F. — a limitação quase exclusiva do movimento às burguesas intelectuais. No que se refere à mulher operária levantam-se as habituais barreiras sócio-económico-culturais — em termos chãos a mulher operária não tem tempo livre para o que quer que seja, e disso se têm dado conta todos os movimentos e grupos. No entanto, alguns contactos têm sido feitos, fundamentalmente a partir de situações críticas em fábricas, etc. No que se refere à mulher burguesa, casada e empregada, o próprio funcionamento "desorganizado" do M. L. F. tende a distanciar a eficácia de reuniões pontuais e organizadas, centradas sobre o prosseguimento dos objectivos reformistas e táticos, seria muito mais motivante para ela do que o curso sinuoso das reuniões de consciencialização. Seria bom que em França existisse um movimento reformista do tipo da N. O. W. americana *Take or Choose* se transformasse nisso e era bom. A N. O. W. desempenha esse papel de movimento de fundo, que arrasta consigo uma grande massa de mulheres, e não corre o risco de se cristalizar porque está constantemente a ser contestado por muitos outros grupos pequenos, mais radicais — estas seriam as melhores perspectivas para o movimento feminista francês; as piores seriam o prosseguimento das dificuldades; nenhuma feminista considera que o movimento possa estagnar ou desaparecer.